

“É PENSÃO, SIM!”

NOTAS SOBRE A DIVERSIDADE DE PRECARIIDADES HABITACIONAIS EM ÁREA CENTRAL¹

Como citar:

SANTO AMORE, C.; Horigoshi, M. R. de S.; Santoro, P. F.; Julião, D.; Martin, I.; Santoro, P. F.; Batista, N. C. M.; Souto, M. C. S.. É pensão, sim! Notas sobre a diversidade de precariedades habitacionais em área central. Artigo apresentado no II UrbFavelas. Rio de Janeiro, 23 a 26 Novembro 2016.

resumo

A Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT) é formada por perímetros que englobam distritos e bairros muito diversos na área central e no vetor sudeste do município de São Paulo. Liberdade, Cambuci, Brás, Belém, Ipiranga, Sacomã, Mooca e Vila Prudente incluem bairros com usos múltiplos e bastante consolidados, lindeiros ao “centro principal”, bairros que já foram importantes áreas industriais e que vêm passando por processos de mudanças de uso, bairros de uma antiga periferia – hoje bem equipada, mas com predominância de usos habitacionais... Nesse universo urbano diversificado, o “problema”, ou as necessidades ligadas à habitação, são também diversas, complexas, difíceis de serem enquadradas em tipologias pré-determinadas, que usualmente definem políticas e intervenções públicas. Esse artigo procura apresentar os processos e resultados de uma pesquisa recente desenvolvida em um curto período, chamando a atenção para diferentes métodos de aproximação e reconhecimento dessa realidade. São situações que muitas vezes extrapolam o que se define como o “setor da habitação” (nos estudos acadêmicos, nas ações dos movimentos de luta, nos programas e políticas públicas), mas que têm uma íntima relação com as necessidades relacionadas à moradia da população que vive em condições de vulnerabilidade.

¹ Esse texto foi redigido tomando como base os processos e parte dos resultados de uma pesquisa sobre Moradias Precárias na área da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um projeto do “Levantamento das situações de moradia precária na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí”, desenvolvido pelo LabCidade FAUUSP e pela Peabiru, entre março e setembro de 2016, como parte do projeto “Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras”, apoiado pela Fundação Ford.

"Mas "embaixo", a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são os caminhantes, pedestres, Wandersmänner, cujo corpo obedece aos vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com os espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada."

Michel de Certeau (1994). *Caminhadas pela cidade*.

personagens²

Nachelle é uma negra alta, peitos grandes, cabelos trançados, tem por volta de 35 anos. Estava na Igreja Nossa Senhora da Paz com sua filhinha de 3 anos – cabelinhos arrumados com uma meia-dúzia de pompons – para a pesagem da Pastoral da Criança. Perguntamos se poderíamos anotar a conversa e ela mostrou não entender a nossa língua. Assim descobrimos que é haitiana. Conversamos com ela mediados por Cássia, também moradora do Glicério e amiga de Nachelle, que fazia “tradução simultânea” português – português, falando inclusive mais rápido do que nós: “ela me entende porque nos conhecemos da creche”. Nachelle nos contava ter vindo do Haiti em 2013 para trabalhar, estava grávida da pequena que a acompanhava. Lá tinha deixado marido e outros dois filhos de 16 e 18 anos. Demoramos a entender que ela tem outro marido no Brasil, possivelmente o pai da criança a termo que ela carregava numa barriga praticamente imperceptível no corpanzil da moça, mesmo a poucas semanas de dar à luz. “Seu marido trabalha?” “Sim” “E o que ele faz?” “Não sei...” Trabalha com construção?” “Não sei...”. Cássia – que, segundo as informações que tínhamos, é sogra de um dos chefes do tráfico na região e estava com uma filha presa – reforçava esse desconhecimento: “Ela não sabe!” “Só sabe que ele sai às 5 da manhã e volta tarde da noite!”.

*

Silene carregava um balde de água e uma mangueira quando nos aproximamos. Estava fazendo uma faxina na entrada de sua casa, enquanto seu filho, "Galego", corria descalço pela escada molhada. Uma água turva escorria pela calçada. "Galego" tem menos de 2 anos de idade, é loiro de cabelos cacheados. A mãe, com 29 anos, tem mais três filhos além dele. Moram todos naquela casa, um sobrado, localizado na Rua Sinimbu, no bairro do Glicério, exceto o filho mais velho, de 15 anos, que foi para a rua desde os 11 “por causa das drogas”. Ela tenta trazê-lo de volta para casa, mas diz que ele está foragido da Fundação Casa e aponta para o fim da rua dizendo: “ele fica lá, olha, o dia inteiro, cheirando não sei o que”. Silene nasceu na Bahia, aos 12 anos foi morar na Paraíba e aos 13 veio para São Paulo com um primo. Teve seu primeiro filho aos 14 e morou no bairro de Cidade Tiradentes com o marido em uma casa alugada. Quando engravidou do

² Os relatos presentes nesse artigo são parte de Cadernos de Campo da equipe que foi formada por pesquisadores vinculados à [informações omitidas para preservar anonimato da autoria]. Esses relatos foram agrupados, compilados e editados pelos autores desse artigo. Os nomes das pessoas entrevistadas no campo foram alterados para se preservar suas identidades.

filho mais novo, o marido a expulsou de casa. Foi nesse momento que ela veio morar na Rua Sinimbu.

*

Encontramos as irmãs **Jéssica e Aline** na sede do Projeto Tabor – Oblatos de Maria Imaculada (uma organização católica de apoio a mulheres e crianças, sediado na Rua dos Estudantes, no Glicério). Elas estavam junto com outras dez mulheres, ensaiando uma peça de teatro e agendavam uma oficina de bordado para a semana seguinte. A coordenadora do grupo, com quem já tínhamos feito contato, nos apresentou a elas e perguntou se poderiam nos ajudar com informações para a pesquisa. Ao mesmo tempo, conversava com uma das irmãs, demonstrando preocupação com as cestas básicas que estavam sendo distribuídas às mulheres: “Jéssica, você vai sair daqui e vai direto pra casa né? [...] Não, se for buscar seu filho na escola não leve a cesta, venha buscar depois. [...] Ok, mas promete que vai direto pra casa. Estou confiando em você!” Perguntamos o motivo da preocupação e ela respondeu que o benefício da cesta é motivo de conflito no bairro: “se elas ficam passeando por aí, correm o risco de apanhar e de terem suas cestas roubadas”. As irmãs nos contaram que moravam numa ocupação na Rua do Glicério, mas que, no ano passado, “entrou despejo”. Precisaram procurar outro lugar para morar às pressas. Aline, junto com outros moradores da ocupação, foi para um galpão que estava vazio, na própria Rua do Glicério. Já sua irmã, Jéssica, que estava grávida, não quis correr o risco de um novo despejo. Optou por ir morar com a mãe, em uma pensão na Rua Teixeira Leite. Ela está desempregada, tem três filhos e recebe Bolsa Família. Apesar de se queixar bastante das condições da pensão – dando conta, inclusive, de que seu filho, nos cinco primeiros meses de vida, tinha ficado internado com problemas respiratórios – disse logo que não tinha outra opção: “prefiro ir com meus filhos para a rua do que ir para uma pensão na Sinimbu ou na São Paulo, lá a polícia entra o tempo todo, quebra tudo, bate nas crianças e só param se a gente abre a blusa para eles”.

*

Carlos tinha seus 40 anos e foi quem nos atendeu quando tocamos a campainha do imóvel que tinha a placa “Aluga-se”. “Quanto que é o quarto para alugar?”, adiantou-se a liderança do movimento de moradia que nos acompanhava nos levantamentos de campo naquele dia. “Vocês estão interessadas?”, respondeu o homem desconfiado. Fomos entrando e quando estávamos dentro do quarto, dissemos que estávamos fazendo uma pesquisa. Perguntamos se ele poderia responder a algumas perguntas, mas ele ficou temeroso, disse que a dona podia não achar uma boa ideia. Insistimos até que ele topou. Começamos a aplicar o questionário e ao perguntarmos se ali moravam estrangeiros, de repente, ele respondeu com sotaque: “Si, yo soy paraguaio.” Até aquele momento ele falava com português impecável, a ponto de não termos percebido que ele era imigrante. Daí em diante ele passou a falar em “portunhol”, mais à vontade e sorridente, e contou a sua história. Carlos veio para o Brasil com uma passagem comprada pelo seu irmão. Casou-se com uma brasileira e moraram em uma casa no interior de São Paulo. Segundo ele, o ciúme excessivo dela acabou provocando a separação. Ele, então, veio para a capital direto para aquela pensão no Brás, onde também moram outros imigrantes do Paraguai, para ficar perto do seu trabalho como autônomo no centro. Para evitar constrangê-lo, não nos aprofundamos na história do casamento relâmpago, mas a situação levava a crer que se tratava de estratégia para obtenção de visto de permanência no Brasil.

*

No percurso pela Vila Carioca, nos deparamos com duas mulheres sentadas na calçada. Era uma senhora que aparentava 70 anos de idade e sua neta, **Joelma**, com pouco mais do que 30. As duas cortavam as rebarbas de umas argolas de plástico branco injetado e inicialmente não deram muita atenção às nossas perguntas. Em volta de Joelma duas crianças corriam descalças pela calçada. Ela tentava conciliar o trabalho com as argolas e o cuidado para que as crianças não fossem para a rua. Insistimos até que ela correspondeu. Interrompeu o trabalho, levantou-se da cadeira e nos contou um pouco da sua história. Mora naquele quarto com cozinha e banheiro há 15 anos, junto com oito filhos. O mais velho tem 12 anos. A mãe e a avó moram na casa do lado. Joelma está desempregada, mas como ela e a mãe já estão lá há bastante tempo, a dona acabou liberando-a do pagamento de aluguel. Ela recebe Bolsa-Família, mas o dinheiro vai todo para as contas de água e luz, que estão muito caras. Perguntamos sobre o trabalho com as argolas brancas, ela disse que é um bico que ela e a avó fazem para uma fábrica de chupetas. Recebem 2,00 reais para cada mil argolas e ganham, juntas, 40 reais por semana. Antes de morar ali morava na favela de Heliópolis, em um barraco de madeira, em uma época que Heliópolis ainda tinha barracos de madeira.

*

Caminhamos sob o Viaduto Guadalajara, rodeando a construção, e batemos na porta do único acesso que encontramos. Um rapaz conversava conosco, gritando do lado de dentro e sem qualquer menção de que abriria a porta. Perguntamos pela **Tia Célia**, um contato que um ativista do CATSO (Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais) tinha passado. O rapaz, desconfiado, primeiro falou que ela não estava, depois que ela estava dormindo; outro rapaz apareceu e autorizou nossa entrada, pedindo que a aguardássemos. Tia Célia chegou com uma escova de dente na mão e sentou-se ao nosso lado. Apesar de ser chamada de titia por todos, é uma mulher jovem, com pouco mais de 30 anos. Ela contou que cresceu no Jardim Brasil, zona norte de São Paulo; sofreu agressões do pai e, ainda muito jovem, saiu de casa para morar com as tias. A partir daí sua vida se "desestabilizou" e ela "foi parar na rua e nas drogas". Ficou 6 anos foragida da polícia por um crime que cometeu quando foi morar na rua. Nesse tempo casou-se com um rapaz "trabalhador", que a tirou da rua e das drogas e a ajudou a criar quatro filhos. Moravam em Guarulhos, em uma rua onde vários familiares do marido também moravam. Ela suspeita que foi algum familiar do marido que a denunciou, pois um dia a polícia a encontrou. Ficou 4 anos presa e, quando saiu, não encontrou mais o marido e os filhos. Soube que eles mudaram para o Paraná e até hoje tenta encontrá-los. Fora da cadeia, voltou para a rua, passou por albergues e compara o sistema carcerário à instituição de assistência a população de rua: as regras, a comida, o tratamento. No "cimentão", uma ocupação que fica naquela região, na Rua Pires do Rio, conheceu seu atual marido. Com ele teve mais um filho, de pouco mais de 1 ano.

Na porta do imóvel da Rua Teixeira Leite, estavam um senhor e uma moça. Ele se aproximou e foi solícito. Perguntamos pela moça que conhecemos na igreja e ele se dispôs a nos ajudar. **S. Jair** ia a frente e demonstrava intimidade com os moradores, arranhando um francês horroroso, fazendo gestos: *ma chérie* pra lá, *monsieur* pra cá... Dentro da pensão, ele mostrava uma pia com um vazamento que escorria na parede do imóvel dele: "se eu não mando consertar, eles deixam assim". Ele contava vantagens: se dizia cinegrafista da CNN, tinha trabalhado na Excelsior e conhecia celebridades e autoridades. Dizia morar na Aclimação, apesar de, mais tarde, um dos moradores ter dito

que a pensão tinha melhorado depois que ele tinha ido morar lá. Se dizia dono de duas pensões na rua, mas não alugava quartos para haitianos. Perguntamos o porquê e ele respondeu: “prefiro não comentar”. Mais tarde, afirmou que os haitianos eram muito porcos. Na saída, o reencontramos com uma vassoura na mão, limpando o corredor lateral da sua pensão: “é o olho do dono que engorda o gado”.

*

Ela já veio com um maço de cigarro, e aproveitou para fumar enquanto respondia nossas questões. Seu nome é **Gisele**, tem 20 anos mas aparentava ter mais. Mora na casa com a mãe e cinco irmãos - outras três famílias moram junto no andar de cima, sendo uma jovem grávida e um casal de bolivianos, que trabalham com confecção de roupa no Brás. Antes de chegarem à Mooca, moravam em um barraco numa favela na Armênia, que pegou fogo - perderam tudo e foram parar na rua. Passaram um ano e meio no "cimentão", área sob um viaduto na Rua Pires do Rio, onde ficavam muitos moradores de rua. Durante esse tempo, seu pai afastou de sua mãe três dos 9 filhos, por estarem na rua. Eles não se veem desde então. Sua mãe conheceu o "dono da casa" e uma amiga que morava lá, e acabaram se mudando – na época pagavam 400 reais de aluguel. O importante "era as crianças terem lugar pra ficar, tomar banho e dormir". Isso faz cerca de 6 anos. Há 4 anos o "dono" sumiu, e nunca mais veio recolher o aluguel. Gisele vendia água no farol logo na frente de casa, até ser atropelada. Ela, a mãe e uma irmã recebem bolsa família, que "não é muito, mas dá pra comprar arroz e feijão". Além disso, pegam cesta básica na igreja. Ela ouviu dizer que eles terão que sair de lá: "esse lugar é muito valorizado, pra loja e tal... Parece que o dono tá negociando a casa com alguma empresa".

* * *

Os relatos revelam aproximações com a realidade de moradores e "donos" de pensões³ localizadas nos Perímetros de Adesão e Expandido da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamandateí (OUCBT), no vetor sudeste do município de São Paulo. Englobando trechos dos distritos do Cambuci e Liberdade; Brás, Belém e Moóca; Vila Prudente; Ipiranga e Sacomã – nas subprefeituras da Sé, Moóca, Vila Prudente e Ipiranga – o território da OUCBT apresenta uma grande diversidade urbana: bairros com usos múltiplos e bastante consolidados, lindeiros ao “centro principal”, bairros que já foram importantes áreas industriais e que vêm passando por processos de mudanças de uso, bairros de uma antiga periferia – hoje bem equipada – com predominância de usos habitacionais e com setores onde o mercado imobiliário vem atuando fortemente: *shopping centers*, empreendimentos habitacionais verticalizados que substituem renques de casas e mudam a paisagem urbana... São relatos produzidos por uma equipe que trabalhou em uma pesquisa realizada para responder a uma demanda que fora apresentada por lideranças de movimentos de luta por moradia com atuação nessa extensa região ou no município como um todo, em audiências públicas para discussão do Projeto de Lei da OUC. Pedia-se um “Censo de Cortiços”, uma atualização de dados quantitativos que indicassem mais claramente quantas unidades habitacionais de interesse social deveriam ser produzidas, quantos e quais atendimentos deveriam contemplar as famílias de baixa renda que vivem nessa região da cidade, quais os recursos a serem mobilizados, que áreas deveriam ser reservadas...

³ A discussão sobre os termos que definem (ou não definem) os tipos de moradia precária nessa região será feita adiante.

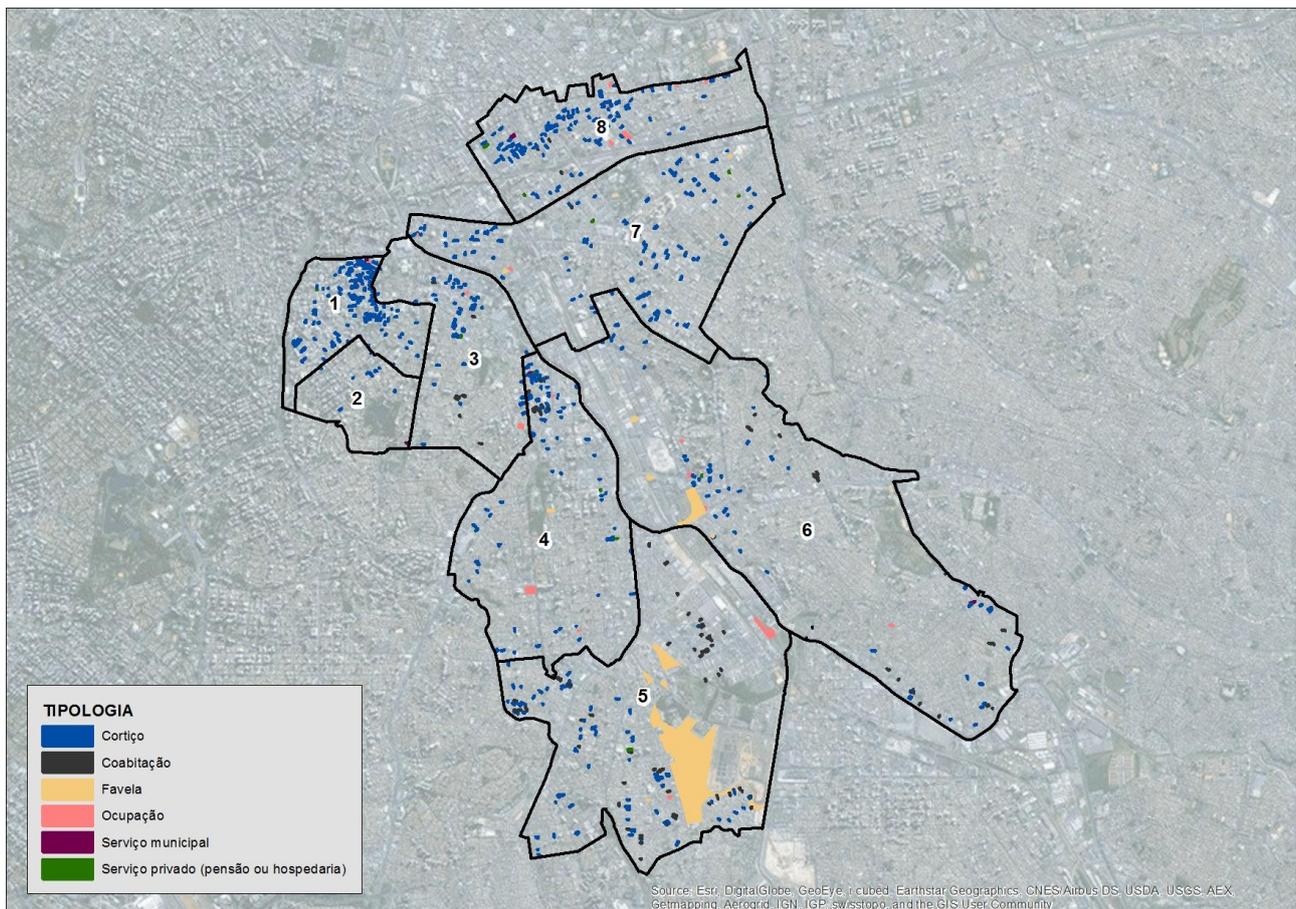


fig. 01 | mapa elaborado pela equipe da pesquisa, com os imóveis levantados em campo. Os perímetros configuram áreas com características semelhantes, sendo 1- Glicério, 2- Aclimação, 3- Cambuci / Vila Monumento, 4- Tereza Cristina / Ipiranga, 5- Vila Carioca / Sacomã, 6- Vila Prudente, 7- Mooca, 8- Brás / Belém.

Desde as primeiras abordagens, já era possível identificar que a diversidade urbana teria implicações sobre as precariedades habitacionais. As características morfológicas, relacionadas a parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, organizaram perímetros que teriam levantamentos com abordagens diferentes. Reconhecendo por meio de pesquisas anteriores⁴ que os cortiços “nascem e morrem”, foi ficando evidente que o “Censo de Cortiços” seria inócuo e que se desatualizaria rapidamente, que esse tipo de moradia classificada genericamente como “cortiço” (bem como seus moradores) tem uma dinâmica e mobilidade muito intensas, o que dificulta uma aproximação quantitativa confiável⁵. Ainda assim, nos casos onde foi possível ter acesso aos moradores, proprietários ou intermediários dos imóveis, um questionário foi elaborado para que se identificassem as características dos imóveis (conservação, número de cômodos, compartilhamento de tanques, banheiros e cozinhas...), preços dos alugueis, informações sobre renda e composição das famílias, qual tinha sido a moradia anterior do entrevistado e qual motivo o levava a viver no cortiço. No decorrer do trabalho esse método foi se mostrando insuficiente e os relatos sensíveis dos pesquisadores de campo revelaram-se muito mais ricos para um futuro desenho de propostas que superem os limites de uma

⁴ Ver Kohara (1999)

⁵ A maior parte das pesquisas em cortiços se concentra em poucos imóveis ou em perímetros menores pré-definidos. A dificuldade de quantificação e generalização é mencionada pelos pesquisadores e as próprias categorias presentes no Censo e na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) mostram-se limitadas.

política setorial de habitação, usualmente direcionada à produção de unidades como solução única, mesmo no âmbito de Operações Urbanas⁶.

As conversas que originaram esses relatos foram feitas de um modo mais livre, não mediado por qualquer prancheta com formulário em papel, *smartphones* com formulários eletrônicos ou sequer gravadores. Tratam-se de “aproximações etnográficas”⁷, que buscam as nuances e a complexidade da vida desses personagens, que dificilmente aparecem nos levantamentos oficiais. Os eventos, “causos”, informações sobre si e sobre o lugar vivido relatados pelos entrevistados, ativados pela memória e pelo diálogo que se estabelece ou não entre pesquisador e pesquisado, vão revelando um conjunto complexo de vulnerabilidades que se somam.

As inseguranças da condição de estrangeiro, imigrante ou refugiado; questões de gênero, violência contra mulher, ausência da figura masculina (companheiro ou pai), famílias monoparentais e com muitos filhos ainda pequenos⁸; o trabalho “autônomo” e viabilizado no limite da precarização, e ainda assim associado à produção formal da indústria; um “nomadismo involuntário”⁹ provocado por conflitos familiares, despejos, incêndios e outras instabilidades em relação à moradia; igreja católica e seus projetos, a solidariedade entre os próprios moradores (os estrangeiros e refugiados, de maneira patente), “ações sociais” diversas, mais ou menos institucionalizadas ou formalizadas na rede de assistência social, particularmente aquela focalizada no trabalho com população em situação de rua; o “mundo do crime”¹⁰, tráfico e consumo de drogas, polícia e sistema prisional... Cada um desses “temas”, ou assuntos dos diálogos e das observações de campo, são complexos por si e estão intimamente relacionados. Não é à toa que as moradias mais precárias, com as piores condições de habitabilidade, eram justamente onde estavam os estrangeiros, ou aquelas onde havia mais crianças – nos “cortiços” um pouco melhores, mais estruturados, melhor acabados, via-se logo na porta o aviso: alugam-se quartos para casais “sem filhos”. Essas vulnerabilidades se somam e estão presentes na vida cotidiana dessas pessoas com quem nos deparamos no campo e parecem se articular por uma “informalidade estruturante”: na condição mais elementar da cidadania (ter documento), nas composições e relações familiares, relações de trabalho ou com as instituições. Uma informalidade que passa pela moradia, explica altos alugueis associados a condições físicas tão ruins¹¹, passa pela “contratualidade” entre locadores e locatários. É, contudo,

⁶ Outro artigo sobre a pesquisa, também submetido ao II URBFAVELAS, trata de um modo mais específico do tema da habitação nas Operações Urbanas. A pesquisa de doutorado de Paulo Emílio Buarque Ferreira, que lida com a “urbanização” de assentamentos precários na Operação Urbana Águas Espraiadas em São Paulo, também mostra a “solução” é a remoção e reassentamento, com a reserva de terrenos (ZEIS na região da OUC) para provisão habitacional.

⁷ Não nos atrevemos a chamar esse método de etnografia urbana, pois suporia um outro tipo de inserção no território e de relação com as pessoas entrevistadas.

⁸ Um fenômeno descrito como “fecundidade que persiste” por Oliveira et. al. (2015), que em termos estatísticos é encontrado junto a um grupo de mulheres que combinam os mais baixos níveis de escolaridade (até três anos de estudo) e de renda domiciliar per capita (até meio salário mínimo), como se “o acúmulo de carências levaria [levasse] à preservação, provavelmente residual, de segmentos que continuariam mantendo comportamento ao largo da curva da tendência mais geral”

⁹ Essa situação tem aparecido em diversas pesquisas de cunho etnográfico que lidam com as condições de moradia da população pobre e vulnerável. Ver Rizek; Santo Amore; Camargo et. al (2015), Rosa (2014) e Maia Pereira (2012).

¹⁰ Ver Feltran (2011).

¹¹ “Apesar da extrema precariedade dessas habitações, sua locação era a mais cara da cidade quando comparada por metro quadrado. O mais grave é que o percentual do rendimento crescia quanto maior fosse a precariedade do cortiço. É compreensível que os encortiçados, pelo baixo poder aquisitivo e

apenas mais um aspecto: a moradia, sua localização e sua habitabilidade, são parte de um sistema complexo de necessidades, são parte de estratégias mais elementares de sobrevivência.

localizações

Aquela esquina da Rua Sinimbu com a Rua São Paulo no **Glicério** parece um território a parte. A precariedade dos casarões que parecem ruínas, o movimento na frente e nas calçadas, o contraste com os grafites "descolados" nas paredes... Os comentários de quem conhece aqueles cortiços são de que se trata de um território do tráfico. Dizem que ali há o quartinho para guarda de armamento, o quartinho dos julgamentos. Dizem também que o terreno vazio que tem frente na Rua Lins (uma ruazinha sem saída ao lado dos casarões) e fundos na rua do Glicério é usado como rota de fuga quando eventualmente a polícia resolve dar batida. Algumas carcaças de automóveis ainda ficam ali, reafirmando uma imagem de abandono. "É terra de ninguém" e por isso a organização do crime até admite o "trabalho social": um grafite descolado feito nas fachadas daquelas construções que parecem prestes a desabar. Durante o tempo que passamos lá, parados na banquinha que vendia café e bebidas alcoólicas (umas cachaças, um Red Label diluído e outras), um grupo de "estrangeiros", pessoas que evidentemente não moravam ali, parou no meio da rua: falavam ao celular, observavam, mas não falavam com os moradores e tampouco eram abordados. O clima ficou mais tenso quando um rapaz sozinho parou na frente dos casarões, acendeu um cigarro e fumou lentamente... Observando o movimento, olhando as pessoas. Algumas meninas se aproximaram da banquinha, como que disfarçando... Elas comentavam entre elas que o rapaz estivera ali antes, que tinha cobrado algum dinheiro...

*

Na frente da ocupação da Rua Independência no **Cambuci** havia 6 homens, de diferentes idades. Estavam sentados, conversando. Pedimos para fazer algumas perguntas. Eles concordaram e passaram a responder todos ao mesmo tempo. Diziam que no edifício funcionou durante muito tempo a "maior gráfica do país", que a gráfica faliu e o prédio ficou abandonado. A ocupação ocorreu em 2000, e hoje moram cerca de 80 famílias. Segundo eles, "a ocupação está lotada", e eles não têm aceitado novos moradores. Dois dos meninos, os mais novos dentre os 6, tinham vindo para a ocupação depois de um despejo de uma outra ocupação, que ficava no grande terreno da Eletropaulo na Rua Lavapés: ali havia uma série de galpões da época da Light, foi demarcada como ZEIS em 2004, mas hoje está sendo construído um shopping.

*

Era sábado de manhã e caminhávamos pelo **Brás**, um bairro com ruas largas e intenso movimento de pessoas nas avenidas, mas deserto nas vias locais, predominantemente residenciais. Em todo o percurso encontramos muitos cortiços, nome que vínhamos adotando até então, ou "pensões", que é como os próprios moradores denominam esse

impossibilidade de cumprir as exigências do mercado formal, acabem se submetendo às explorações que ferem a dignidade da pessoa e a cidadania. Tal moradia expressa a lógica perversa do mercado habitacional que sobrevive com alta rentabilidade por meio da exploração da pobreza". (Kohara, 2016. p.148)

tipo de moradia. Havia também quitinetes e várias unidades em um único lote. Reparamos que várias pessoas estavam carregando malas, ocupando as calçadas e parte das ruas. A liderança do movimento de moradia que nos acompanhava, explicou que se tratavam de viajantes de ônibus clandestinos. Segundo ela, a passagem custa a metade do preço e os principais destinos são as regiões nordeste e norte do país. Nas ruas paralelas vimos também empresas de logística que fazem o transporte de mercadorias para essas regiões – possivelmente são as mesmas que trazem os artigos para abastecer as diversas Casas do Norte existentes ao longo da rua. Mais a frente vimos os ônibus estacionados. Em algumas ruas específicas foi possível observar um intenso movimento de imigrantes bolivianos entrando e saindo das casas, bem como crianças na janela. Segundo nos informaram, um deles chega primeiro, aluga a casa e depois traz os demais conterrâneos. Essa seria a explicação para muitas pessoas morarem juntas. Eles não gostam de conversar e no percurso percebemos olhares bem desconfiados em nossa direção.

*

Um homem que fazia a limpeza disse que o dono daquele cortiço era dono de vários outros cortiços no **Brás**. Encontramos muitas pensões na avenida Celso Garcia e nas ruas transversais. Ficavam nos fundos e pisos superiores dos comércios. Perto da linha férrea, próximo às universidades, há muitas repúblicas. São edifícios com dez a quinze quartos, onde moram pessoas solteiras que podem ser estudantes ou não. Na república que visitamos, havia também banheiros e uma sala que era compartilhada. Nesses casos o aluguel inclui água, luz, gás e também TV e Wi-fi.

*

Fomos à Rua Wandenkolk, na **Moóca**, por indicação de uma moradora com quem a equipe da pesquisa conversou na pesagem da Igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério. Rua tranquila, apesar da proximidade com a Radial Leste e a Avenida do Estado. Pelas características das construções, desconfiamos que eram pensões, mas todas estavam fechadas e não tinham placas ou anúncios na fachada. Perguntamos à senhora que lavava o boteco de esquina e ela nos indicou 3 casas na mesma calçada onde, segundo ela, moravam muitas famílias. Na calçada oposta tinha uma pequena praça, mal cuidada, com a grama alta. Um morador nos conta que ali antes havia diversos cortiços – foram todos comprados e demolidos pela Queiroz Galvão, que possui um empreendimento em frente chamado "Villa São Paulo Family Club": apartamentos de 2 e 3 dormitórios. Na propaganda, jovens belos e brancos: "oportunidade única".

*

O primeiro percurso de carro pela região da Avenida **Tereza Cristina** já mostrava que seria necessário aprofundar o levantamento, observar a presença das moradias precárias lote a lote, muito embora os levantamentos prévios de que dispúnhamos, não indicassem a presença de cortiços ali. No trecho entre as avenidas Tereza Cristina e Dom Pedro I, há pequenos comércio e até indústrias, mas quase tudo é edificação de baixo gabarito. As ruas transversais às avenidas são muito diversas: há ruas estreitas e pacatas, com lotes pequenos, predominantemente residenciais, ruas largas e igualmente calmas e até um renque com casarões antigos e relativamente bem conservados. É uma área que alaga com frequência, o que confirmamos com anteparos de todos os tipos nas portas das edificações. Encontramos muitos cortiços, entremeados a casas de classe média. Eles eram identificados, basicamente, pela conservação que se notava nas fachadas, pela

presença de corredores laterais com diversas portas, pela quantidade de hidrômetros ou por placas. Os moradores que abordamos eram solícitos e amigáveis, deram depoimentos e abriram tranquilamente as portas de suas casas. Até conseguimos conversar com a “dona” de um dos cortiços.

*

Fizemos um percurso de carro pela **Vila Carioca**, bairro predominantemente horizontal, com características bastante homogêneas – presença de galpões industriais, alguns em atividade outros não, entremeados a muitas residências. As casas térreas, muitas delas antigas e em estado de conservação precário, têm um corredor lateral que dá acesso a cinco ou seis unidades “quarto e cozinha”, que são alugadas, em sua maioria, para casais sem filhos. O clima é de cidade do interior, provavelmente pela ausência de circulação de pedestres, praticamente não há comércios nem serviços no miolo, apenas pequenas lojinhas que aparecem em algumas portas de garagens. As vias, entretanto, são bem largas para dar conta do tráfego constante de caminhões. A estação recém inaugurada do metrô qualifica a infraestrutura de trânsito e mobilidade. Apesar de ainda ser muito incipiente, já é possível perceber a chegada do mercado imobiliário. Com coeficientes de aproveitamento altos é provável que a paisagem horizontal seja substituída... a valorização imobiliária é uma ameaça para os moradores desses “quarto-cozinha”.

*

No meio da Av. Henry Ford, na **Vila Prudente**, inteiramente ocupada por grandes galpões industriais e intenso tráfego de caminhões, uma situação inusitada: uma viela segue por dois quarteirões, ocupada por pequenas casas térreas, de alvenaria e telha. Recebeu o nome de Vela Sabesp pois se encontra sobre uma adutora da empresa. Entre os dois quarteirões, passa uma linha de trem de carga, em funcionamento, que abastece os galpões industriais da Henry Ford. Algumas das casas estão assustadoramente próximas da linha – em uma delas há um boteco que deixa um espaço de cerca de 1,5m entre o fim da construção e o primeiro trilho.

*

Andamos pela **Vila Alpina** e **Vila Califórnia**, seguindo um percurso indicado por uma liderança do MDF (Movimento em Defesa do Favelado), que atua ali na Vila Prudente. A Vila Califórnia é mais precária, área antiga de inundação. Ambos os bairros são bastante horizontais, bem misturados, com casas em melhores e piores condições lado a lado. Como bairros consolidados, que já não podem ser chamados de periferia, encontram-se praças e equipamentos públicos por toda parte. No caminho fomos encontrando mais e mais precariedades habitacionais. De maneira geral eram cortiços, cômodos em fileira e lotes com 5, 6, 7 casas. Às vezes eram “puxadinhos” ocupados por diferentes núcleos de uma mesma família. O parcelamento do solo no bairro favorece esse tipo de ocupação – lotes compridos, com mais de 30m de fundo, ou lotes grandes, antigas chácaras onde foram sendo construídas várias casas. A própria liderança se surpreendia com a quantidade de moradias precárias com que nos deparávamos: "sempre passei por aqui e nunca reparei nisso". Segundo ele, com "olhar treinado", acabávamos encontrando lugares que passaram despercebidos durante todos esses anos.

* * *



fig.02 | painel de fotos de moradias precárias levantadas



fig.03 | painel de fotos de moradias precárias levantadas

As cenas acima tratam de alguns setores bem específicos dentro desse grande perímetro da Operação Urbana. O instrumento urbanístico – da mesma forma que Planos Diretores, Leis de Zoneamento, Códigos de Obra – ao se pautarem por uma “cidade-conceito”¹², racionaliza e generaliza situações que só podem ser percebidas no caminhar pela cidade, solapando-as.

O Glicério – um “bairro” que está entre os distritos do Cambuci e Liberdade, que se originou na várzea do Rio Tamanduateí e é cortado pelos viadutos que fazem a ligação leste-oeste de São Paulo – é uma região histórica de concentração de cortiços e moradias precárias. O Brás, que é tido como o primeiro sub-centro da capital¹³, um território que chegou a ter mais italianos do que brasileiros no início do século XX, também. Ambas são regiões de imigrantes e refugiados: no Brás estava a hospedaria que atualmente abriga o Museu da Imigração; no Glicério, a Igreja Nossa Senhora da Paz é parte da obra de uma congregação que lida especificamente com o tema da migração e atualmente é referência de apoio para imigrantes e refugiados de origens diversas, mas particularmente para haitianos¹⁴.

No Glicério, nas ruas São Paulo, Sinimbu, do Glicério, Teixeira Leite, por exemplo, é mais raro encontrar imóveis que não são cortiços do que o contrário. No Brás ocorre o mesmo, no trecho entre a Avenida Celso Garcia e a linha férrea. São áreas que ainda mantêm esse tipo de moradia e que o mapeamento geral do perímetro da Operação Urbana confirma como aquelas onde há maior concentração de moradias precárias. Observados na escala do pedestre, e comparando-se com levantamentos anteriores, é possível perceber que essas precariedades se deslocam: cortiços nascem e morrem, como já foi colocado anteriormente. São “áreas encortiçadas”, áreas onde a precariedade habitacional se mistura com uma “consolidação/não consolidação” da cidade – já que a condição de “terra de ninguém”, que ao mesmo tempo está no centro da cidade, acaba sendo propícia para que esses usos se mantenham.

O crime organizado está presente no Glicério, dá para sentir a tensão no ar, no clima do bairro. É curioso, pois não se trata de um “território dominado”. Não há uma violência ostensiva, não se depara com crianças (nem adultos) armadas, como pode ocorrer em determinadas favelas. É área de passagem e é possível passar sem incomodar ou ser incomodado. No Brás (não exclusivamente), são muito frequentes as referências a trabalhos análogos ao escravo exercidos por bolivianos, trabalhando para a indústria têxtil. E há, de fato, algumas ruas onde se veem muitos bolivianos, há uma cultura presente, feira própria dessa população. Os locais de trabalho foram relatados por alguns entrevistados, mas não foram visitados. Às vezes notavam-se os carretéis de linha encostados às janelas e um entra-e-sai em alguns edifícios. São vulnerabilidades específicas – crime organizado, ação da polícia, precarização do trabalho – a que está submetida a população e que tem endereço.

Nos outros bairros desses perímetros levantados, é mais difícil identificar as habitações precárias. Elas estão dispersas, entremeadas por edificações em bom estado, por equipamentos públicos, por praças, comércio e até usos industriais; estão em pavimentos superiores ou nos fundos de lotes compridos. São precariedades de bairros que um dia

¹² Nos termos de Certeau, 1994

¹³ Segundo Villaça, 1998

¹⁴ Congregação dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos. Ver www.missaopaz.org.br

foram chamados de periferia, que se consolidaram e que passam por processos de transformação de diversas ordens. Mudanças nos usos, que aproveitam uma infraestrutura viária típica de distritos industriais ou de bairros cujo parcelamento resultava em quadras de grandes dimensões e que vão implicando em mudanças no padrão edificado, na ocupação do solo: renques de casas são demolidos e dão lugar a empreendimentos habitacionais verticais voltados a classes médias. Diante de um mercado imobiliário aquecido, como é possível proteger famílias e pessoas de baixa renda que vivem nessas condições?

Na “Tereza Cristina”, a identificação de uma quantidade significativa de moradias precárias – pensões/cortiços – chama a atenção. Trata-se de uma região que fica entre avenidas (D. Pedro, Tereza Cristina e do Estado), no encontro do córrego do Ipiranga com o Tamanduateí. Esses imóveis não constavam de levantamentos anteriores e os projetos mais detalhados do Projeto de Lei da OUCBT indicam que será o setor a sofrer as maiores transformações: alargamento da avenida, obras de drenagem, parques e “infraestruturas verdes” e o local com os maiores coeficientes de aproveitamento do solo, onde será previsto o maior volume de construção – um conjunto de obras e ações públicas organizado para atrair o interesse do mercado imobiliário.

A ausência de levantamentos e a ignorância sobre qual é a cidade que se apresenta ao rés do chão é funcional. Seja em “áreas encortiçadas”, que são passagem de muitos cidadãos, mas “paragem” de poucos, seja em bairros consolidados, a invisibilidade da precariedade habitacional permite que as transformações urbanas tenham ocorrido, ocorram (no presente e no futuro). Tudo se dá como se essas moradias e seus habitantes simplesmente não existissem. São situações que podem ser ainda piores do que as transformações em favelas e assentamentos precários, que ainda podem ser “vistas” e reconhecidas como parte do problema pelo modo como ocupam o território.

moradias

O suposto dono da pensão dizia que estava prestes a reformar, mas, pelo jeito, pretendia apenas trocar o telhado e colocar um forro de PVC para substituir um madeiramento podre no teto. São oito cômodos enfileirados, acessados por um corredor lateral coberto que estava molhado pelo vazamento da pensão que fica ao lado. No fundo do corredor há um espaço descoberto, por onde entra um pouco de luz e para onde abrem as janelas de alguns desses cômodos. Ali também fica o tanque e o único banheiro, que são compartilhados entre os moradores. Um morador saiu, abriu a porta e puxou papo. Entramos no quarto dele que tinha três ambientes: um onde só cabia a cama com uma microcirculação de uns 30 ou 40 cm, formado por uma divisória de compensado com o outro cômodo alugado, uma cozinha com duas geladeiras e uma rede. Nesse quarto havia um banheiro exclusivo. Do lado de fora, no estreito corredor, observamos pelo menos 4 pessoas na fila para usar o banheiro. Um dos moradores disse pagar 600 reais de aluguel.

*

Eram todos haitianos. Logo na frente havia duas mulheres, uma lavava roupa usando uma banheira de criança, outra pendurava roupas num varal no corredor central. O corredor central era formado por divisórias de compensado, cheio de portinhas, 22 com

numeração nas portas. Nos fundos reparamos, olhando o telhado, que se tratava de um galpão. Ali havia uma espécie de lavanderia, tanque, pia, varais, tudo sob essa cobertura. Saímos e notamos que na rua havia uma porta com acesso a uma escada para o segundo andar de um edifício que ficava na frente. Lá havia outros 6 cômodos e um banheiro e tinha acesso para uma espécie de varanda com uma pia. O chão estava todo molhado, provavelmente do conserto da torneira da pia. Ao lado da porta do quarto, no chão, havia 2 toalhas torcidas. Antes de entrarmos, nos entreolhamos, nos perguntando se era um pano de chão. Limpamos os sapatos sujos daquela lama de fora mas até hoje temos dúvidas se era mesmo um pano chão. O quarto tinha cerca de 20m², uma cama de casal encostada em duas paredes completamente mofadas. Nos pés da cama, com um espaço mínimo de separação, havia uma pia. Tinha também um guarda-roupa. O berço ficava no meio do cômodo, e havia ainda um fogão industrial ao lado da pia. Sobre a mesa que estava logo na entrada, uma TV mal sintonizada, cujo som de misturava com o de uma música, tudo em alto volume. O quarto tinha duas janelas, ambas fechadas com uns cobertores que deixavam uma penumbra, compensada com a luz acesa.

*

O quarto de aproximadamente 3x3m possuía uma pequena pia, um banheiro precário e uma janela. O pé direito era baixo, o ambiente pouco ventilado, escuro e úmido, apesar da janela, que se voltava para o corredor coberto. A luz vinha apenas da porta da frente e de algumas frestas de ralo que estava no teto. Era do corredor do cômodo de cima, que depois descobrimos ser da proprietária do cortiço. Ali famílias com crianças não são aceitas. Situação que é recorrente após visitas em outros cortiços da região. Por possuir pia e banheiro privativo, o aluguel é mais caro, cerca de 650 reais.

*

Olhando por entre um pequeno portão de madeira, avistávamos um extenso corredor estreito, escuro e úmido. O corredor dá acesso, segundo a moça, a algumas casas. Não sabe quantas. Todas possuem quarto, cozinha e banheiro. Ela diz que os cômodos não possuem janelas, só entra luz pela porta. Ela veio para o “quarto e cozinha” com a mãe, e disse que a situação melhorou para elas, “mas ainda são muitas pessoas morando juntas em um único quarto”.

*

Ela confirma que o imóvel é uma pensão, com quinze cômodos. Apenas um estava desocupado naquele momento. Todas as habitações possuem banheiro e uma cozinha junto com o quarto. Há cinco tanques que são compartilhados. Nessa pensão ela diz que está mais feliz, os quartos são iluminados e a vizinhança é tranquila. Ela acredita que o fato de não compartilharem banheiro ajuda na boa relação entre os vizinhos. Eles pagam 700 reais pelo aluguel do cômodo. Quando perguntamos sobre o tamanho dos cômodos, ela diz que é pequeno e nos convida para entrar. De fato, o cômodo não é grande, sobretudo porque o espaço abriga cinco pessoas, além dos eletrodomésticos da cozinha. Uma pequena janela basculante fica próxima ao fogão e se volta para o corredor lateral. O banheiro também tem janela. As quinze unidades são semelhantes em tamanho. As paredes e teto estão muito mofadas. Isso incomoda a moradora. Do corredor, conseguimos ver um dos tanques no corredor e uma escada ao fundo do lote, que sobe para o primeiro pavimento, com um renque de cômodos igual ao do térreo.

*

Iniciamos a conversa explicando um pouco sobre a pesquisa e ele logo confirmou que ali era uma pensão e nos convidou para entrar. A casa tinha duas portas de entrada, uma levava ao andar superior, e a outra ao andar térreo, de pé direito muito baixo. A janela alta na fachada e o teto baixo do corredor indicavam que tinham dividido o andar térreo em dois, para abrigar dois cômodos que são acessados por uma escadinha a partir do corredor. Era muito escuro, com cômodos para os dois lados, todos com pequenas janelas. Contamos seis quartos, além de um banheiro e um tanque, ambos compartilhados. Gilmar, que nos acompanhou, estima que ali morem de 10 a 12 famílias, cada uma pagando 600 reais de aluguel. Segundo ele, são famílias pequenas, ou pessoas solteiras sem filhos.

*

Uma *lan-house*, com placa de "chamadas internacionais" fica na frente. Tomando conta do negócio, e assando um milho na churrasqueira, encontramos uma mulher negra com seus 30 anos. Ela aparentemente não dominava o português, não sabia o que significava pensão, quando lhe perguntamos se aquela casa era uma. Uma criança, de dentro da *lan-house*, gritou: "**é pensão sim!**". O portão de entrada dá acesso a um pátio aberto, onde vimos varais de roupas e construções ao fundo. À esquerda estava o acesso da casa principal, um sobrado. Subimos a escada e encontramos um corredor com cinco portas, três fechadas, uma aberta (assim notamos que era um banheiro) e uma entreaberta. Essa batia com o vento, e dentro do cômodo havia uma máquina de lavar com um varal de chão na frente. Em uma das unidades escutamos barulho de crianças brincando. Batemos e elas nos atenderam entusiasmadas. Eram duas crianças menores e uma adolescente. Pedimos para conversar com algum adulto e uma das meninas foi bater numa das outras portas. Ao dizer que era pra uma pesquisa, o rapaz grita de lá de dentro: "pesquisa nem pensar!". Tentamos ir embora, mas as crianças insistiram muito para que fizéssemos a pesquisa com elas. As perguntas se tornaram uma espécie de jogo, e elas disputavam para ver quem acertava! Nisso descobrimos que a pensão possui treze cômodos, um está desocupado. Todos são quarto-cozinha e têm banheiro, com janela. Somente os tanques são compartilhados e o aluguel gira em torno de 600 reais. No meio da conversa um homem nos interrompe desconfiado, querendo saber do que se tratava – ele "toma conta" da casa, e nos confirmou as informações que as crianças passaram.

*

Segundo Gisele, a casa tava pior na época em que pagavam aluguel - o dono não fazia manutenção. As famílias chegaram a arrumar e melhorar algumas coisas na casa, apesar de ainda ser muito precário. Na parte de baixo moram outras quatro ou cinco pessoas, mas "é outra coisa", acessos independentes, sem comunicação. "Dizem que essa casa tem 400 anos", nos conta Gisele. Na parte de cima, a ocupação possui cinco quartos. Um banheiro e uma cozinha são compartilhados. Não há tanque, cada quarto tem sua máquina de lavar, que segundo ela "não é grande coisa". Da família, hoje, somente a mãe trabalha como empregada doméstica, sem registro na carteira.

*

Descendo um pouco mais a Rua do Hipódromo, quase na esquina da Rua dos Trilhos, encontramos uma placa escrita "Pousada *La Vita è Bella* – República Feminina". Um longo corredor com trepadeiras dava acesso ao que parecia ser uma sala de jantar, com porta de vidro. Duas pessoas, pai e filha, se identificaram como donos do negócio, e aceitaram conversar conosco. A filha foi nos acompanhar para conhecermos a república.

Perguntamos o porquê do nome "pousada" na placa, uma vez que eles não ofereciam esse tipo de serviço: "meu pai foi ver na numerologia e achou melhor colocar a palavra pousada na frente, não tem nada a ver com polícia não". Eles recebem apenas mulheres solteiras, muitas são estudantes ou trabalhadoras da região. São três quartos, sendo dois compartilhados por três pessoas e um individual. São, no máximo, sete pessoas na casa. O espaço comum tem cozinha e banheiro e uma sala de TV. A cozinha é bem equipada, já o banheiro pareceu improvisado. Os quartos têm pequenas janelas que dão para essa área comum, coberta. O aluguel sai por 500 reais por pessoa, pago adiantado, incluindo água, luz, limpeza e internet. Segundo a proprietária, existem muitas repúblicas na região semelhantes a dela, por conta da faculdade São Judas, que é próxima.

*

Uma portinha opaca nos conduzia para um corredor imenso e que dava acesso aos vinte e cinco cômodos, todos ocupados por homens solteiros e casais. Foi realmente muito impressionante a extensão do lote. Uma casa antiga ocupava dois terços do espaço e, ao fundo, havia uns "puxadinhos", com quartos, banheiros e tanques. Ele respondia nossas perguntas com muita naturalidade, como se não fosse absurda aquela situação. As instalações eram precárias, as construções ao fundo tinham pé direito baixíssimo, e os cômodos eram muito pequenos. Segundo o homem, cabia apenas uma cama e um armário no quarto. Todos tinham janela voltadas para esse corredor. Havia quatro cômodos maiores, com instalações de cozinha (no mesmo ambiente do quarto) e banheiro privativo. Os outros vinte e um quartos compartilhavam quatro banheiros e quatro tanques. Não existe cozinha compartilhada e não é permitido montar uma no quarto menor: "tem que comer fora". O aluguel varia entre 300 e 650 reais, e inclui as contas de água e luz e a limpeza. Uma vez por semana tem uma faxineira que limpa inclusive dentro dos quartos e faz a troca da roupa de cama.

*

Passamos por uma pequena sala de entrada daquele antigo centro comunitário que funcionava sob o viaduto e prestava assistência a população em situação de rua. Era gerido por uma organização da igreja católica. Havia uns sofás onde alguns rapazes estavam sentados. Depois de passar por um corredor, chegamos a um salão grande, iluminado e super-bem equipado, com maquinário de cozinha industrial. Era surpreendente estarmos sob um viaduto. E esse foi o motivo para que os convênios entre a prefeitura e as entidades tenham sido cancelados e para aquele espaço ter sido abandonado. Foram os próprios moradores, apoiados pelo CATSO que resolveram (re)ocupar o espaço de maneira autônoma. No primeiro momento estavam em trinta pessoas e hoje moram cerca de cento e vinte. São quinze famílias, uma em cada cômodo, mais um cômodo só para homens solteiros e um grande salão de "pernoite", onde há muitos colchões espalhados pelo chão. Ali ficam as pessoas que procuram acolhimento para apenas uma noite e outros que aguardam vagas nos "cômodos privativos". Tia Célia nos explicou sobre o caráter transitório da moradia: a ideia é que na medida em que as famílias consigam se reinserir e ganhar autonomia para pagar aluguel, elas saem e dão lugar a outras pessoas mais vulneráveis.

* * *



fig.04 | painel de fotos de moradias precárias levantadas



fig.05 | painel de fotos de moradias precárias levantadas

Cortiço, cabeça de porco, maloca, favela, ocupação, coabitação, pensão, república, albergue, cômodo, quarto, apartamento, quitinete, casa em fileira, puxadinho, barraco, pardieiro, muquifo... São muitos, muitos, os nomes utilizados para tentar definir um conjunto nada homogêneo de moradias precárias.

“Para Lacan o diagnóstico é um caso particular da função nominativa da linguagem pela qual o sintoma se completa na relação de transferência. Portanto, fazemos diagnósticos e sofremos diagnósticos bem antes de nos encontrarmos com algumas de suas formas sistêmicas ou codificadas (...). O psicanalista [nesse caso, o pesquisador] pode pensar e agir com hipóteses diagnósticas, pode tomar decisões e tecer estratégias, mas antes de tudo, não deve inocular nem inculcar no paciente [no nosso caso, no morador, habitante] o seu vocabulário psicopatológico [no caso, arquitetônico-urbanístico]. Não deve alienar aquele que sofre [ou que vive naquela condição de precariedade] com mais significantes que o petrifiquem em uma significação. O analisante [morador ou habitante entrevistado, pesquisado] levará seus próprios, basta esperar. Basta esperar que o diagnóstico se faça com as palavras do próprio analisante.”¹⁵

Numa aproximação exploratória com o “diagnóstico” em psicanálise – considerando que a noção de diagnóstico há muito já extrapolou os campos da medicina e das ciências de saúde e vem sendo utilizada para as mais diversas áreas do conhecimento – a citação acima traz à tona os conflitos com os quais a equipe se deparou no campo. A pesquisa – demandada pela necessidade de conhecer e tornar visíveis as condições de moradia na região, de um modo que fosse possível informar e disputar a política urbana – iniciou-se pela elaboração dos instrumentais de campo, um questionário com várias entradas, determinadas pelo tipo de aproximação dos pesquisadores com os “objetos” pesquisados (as moradias precárias nos perímetros de adesão e expandidos da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí).

Por mais elaborado, o questionário supunha que categorias fossem pré-determinadas, pré-definidas, buscando referências em pesquisas, estudos e levantamentos anteriores. Depois de iniciar o trabalho de campo, não demoramos a perceber que as situações encontradas diferiam, em diversidade e complexidade, das categorias utilizadas no questionário. A palavra mais presente na literatura, “cortiço”, por exemplo, não tinha aderência à linguagem dos moradores com quem dialogamos.

A “definição” desse tipo de moradia que é mais aceita é dada pela Lei Moura¹⁶: moradia coletiva, multifamiliar, que apresente, total ou parcialmente as características de: uma ou mais edificações em lote urbano; subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos; cômodos esses onde se exercem várias funções; acesso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; circulação e infraestrutura precárias; e superlotação de pessoas. Em suma, uma habitação urbana, coletiva, alugada ou cedida e precária, seja no nível da unidade seja nas instalações comuns. Trata-se de uma definição bastante genérica, que abarca boa parte das situações, mas não todas. A suposição de que há aluguel ou cessão a qualquer título indica a existência de algum

¹⁵ Dunker, 2015, p. 38-39.

¹⁶ Lei Municipal 10.928/1991

senhorio, proprietário ou intermediário, mas encontramos casos ou relatos onde essa figura é inexistente: sumiu, faliu, foi expulso pelo crime organizado ou simplesmente nunca apareceu.

São casos que também não podem ser denominados “ocupação”, palavra carrega um sentido de organização pelos movimentos de luta por moradia, particularmente em áreas centrais, que desde o final dos anos de 1990, têm denunciado a existência de edifícios vazios e promovido ocupações organizadas nos mesmos, dando-lhes uso habitacional para uma base social em formação. Esses movimentos se multiplicaram nos últimos anos e ainda assim há casos onde não há qualquer liderança política que se responsabiliza pelo edifício, que estabelece as regras e zela pelo seu cumprimento. São ações independentes, autônomas, de moradores que transitam por diferentes “tipologias” e acabam se assentando nesses edifícios, como alternativa que, muitas vezes, se apresenta como um meio de se livrar do pagamento de aluguéis extorsivos, da sujeição às regras de comportamento e convivência impostas pelos movimentos de moradia ou pelas instituições que fazem a gestão dos centros de acolhida (os antigos albergues).

É possível que o nível de precariedade, ou a referência sobre o que é precariedade para quem enuncia as palavras, defina ainda outro “conceito” que apareceu nos diálogos de campo. “Maloca” não é apenas “uma casa velha, um palacete abandonado” onde moravam “Joca e Matogrosso”, como diz a letra de um clássico samba paulista de Adoniran Barbosa. Pode ser aquela moradia “que é pior do que a que eu moro”, pode ser uma referência a terrenos, galpões ou edifícios, ocupados por barracas improvisadas, de lona. Terrenos privados ou áreas públicas (áreas residuais, baixios de viadutos) ocupadas dessa forma “improvisada” – como ocorre com o “cimentão”, ou com um terreno na Rua 21 de abril, ambos no Brás – também podem ser denominadas como “favelas”.

A pensão ou pensionado, designados como uma espécie de hotel simples, que oferece serviços de limpeza ou cozinha, já não corresponde à definição de dicionário. É definitivamente a palavra mais utilizada pelos moradores, ao ponto que a equipe de pesquisa rapidamente passou a se utilizar desse termo para conseguir estabelecer um diálogo viável. É provável que haja um processo de negação da palavra cortiço, em função da histórica carga pejorativa que ela traz e do próprio significado atual para os moradores, como exposto algumas linhas acima. Não é muito diferente do que ocorre com as “comunidades”, que passaram a significar “favelas”, ou com o próprio termo técnico de “assentamentos precários”, utilizado nas políticas públicas recentes.

De qualquer modo, as relações que moradores estabelecem com os “donos” dos imóveis podem variar no mesmo imóvel. Na mesma pensão, podem haver famílias que pagam aluguel, outras que estão de favor, outras que compraram o cômodo de alguém que cobrava o aluguel.

Há ainda outra categoria que era mais difícil de perceber, justamente pelo fato das pesquisas sobre “cortiços” geralmente se voltarem a áreas centrais bem definidas, onde a concentração desse tipo de moradia é histórica. Nos bairros mais afastados ou nos “miolos” apareceu ainda o “quarto e cozinha”, na verdade um cômodo único com instalações para cozinha e muitas vezes com banheiros individuais. Foram encontradas, inclusive, situações que não eram precárias e que por isso foram excluídas do mapeamento. São casas com acessos independentes e que eram notadas pela presença de muitos hidrômetros, medidores de consumo de energia elétrica, campainhas ou caixas de correio.

Em meio a um universo tão diverso e complexo, é a precariedade (também essa, uma palavra sujeita a significados múltiplos) o termo que dá unidade a essas moradias. Os relatos da equipe – percepções de pessoas humanas, pesquisadores que têm, eles mesmos, suas próprias referências, mas que se dispuseram a ouvir e ver, a “treinar o olhar” e os ouvidos – falam sobre escuridão, mofo, umidade, sobre as dimensões mínimas, a quantidade de quartos e pessoas no imóvel, sobre informalidades de toda ordem, sobre vulnerabilidades e inseguranças¹⁷.

realidade, pesquisa e política pública

Da dispersão e individualização de tantos casos, cabe voltar à referência psicanalítica, pois:

"A experiência individual no sofrimento singular [com as condições precárias de moradia] se expressa em falas únicas, de preferência em primeira pessoa. Por isso é importante jamais separar o sofrimento individual dos movimentos sociais que lhe deram origem. O sofrimento individual, aliás, é ele mesmo um efeito social bem delimitável por sentimentos [da relação do indivíduo com os outros e com o mundo] que lhe seriam atinentes: piedade e culpa, vergonha e desamparo, indiferença e ressentimento. (...) O ponto-chave aqui é o fato de o sofrimento ser uma experiência compartilhada e coletiva. (...) Ao contrário do adoecimento orgânico, que segue seu curso inexorável e indiferente às nomeações, o sofrimento se altera conforme é nomeado. Seu tratamento [ou a intervenção sobre ele], sua nomeação, torna-se uma determinação política, não apenas ética. É preciso escolher, portanto, de qual sofrimento tratar, tendo em vista que nem todos são igualmente visíveis. Essa escolha determina políticas públicas, mas também privadas de formação de sintomas [ou priorização de problemas], nos sentidos psicanalítico e psiquiátrico [arquitetônico e urbanístico] do termo."¹⁸

Da realidade para a pesquisa, uma série de nuances e especificidades se perdem. Criam-se categorias analíticas, explicativas, classificações e valorações que são importantes e necessárias para se organizar um discurso sobre aquela realidade. As pesquisas, por sua vez, informam a política pública. Publicizam resultados, instruem lutas sociais, disputas por prioridades e alocação de recursos públicos. As ações públicas e privadas sobre a realidade, enfim, lidam com pessoas, lugares, coisas, a partir de padrões genéricos e pré-determinados. São escolhas, escolhas políticas, já que o processo, as passagens de um campo para outro, implicam, necessariamente, em perdas.

Diante de um universo tão amplo e diverso, que é frequentemente destacado na literatura sobre o tema dos “cortiços”, são perceptíveis “marcas” desse tipo de moradia. Maura Véras chama a atenção para o “inquilinato”, que ela classifica como “selvagem”, pela

¹⁷ As consequências dessas precariedades da moradia – rotatividade, habitabilidade, mobiliário – têm impacto, por exemplo, no desempenho escolar das crianças, dificuldades que “vão se acentuando, progressivamente, e o aprendizado torna-se penoso, levando [as crianças] à evasão escolar”. Kohara, 2016

¹⁸ Dunker. *op cit.* p. 36-37

ausência de formalização e altíssimos valores de aluguel. Destaca também o “caráter coletivo”, a subdivisão da casa, do lote (ou de galpão, como se viu no campo desta pesquisa) frente à impossibilidade de ter uma “casa completa”. Também indica a distinção das “configurações físicas”, lembrando que há historicamente, desde o século XIX, edificações construídas para esse uso compartilhado, relacionando diferentes tipologias às suas localizações, aos diferentes bairros da área central paulistana. A precariedade e a ausência de políticas públicas adequadas à magnitude do problema aparecem também para a autora como traços do que se chama genericamente “cortiço”.

Não muito distante dessa análise, a pesquisa discutida nesse artigo aponta para uma **informalidade estruturante**, não apenas na relação entre locadores e locatários, nos (não) contratos de aluguel! A “informalidade” é palavra utilizada aqui por falta de outra, já que o “formal” não faz o menor sentido para os habitantes dos cortiços, não está em perspectiva. É “estruturante” porque se soma a um conjunto de vulnerabilidades da vida cotidiana desses moradores, num sistema muito complexo de necessidades, não custa repetir, que são parte das estratégias de “sobrevivência”: ter ou não um documento, um rendimento, um trabalho; lidar com as instituições públicas (redes de assistência social, polícia, sistema prisional e de justiça) e privadas (“projetos” e ações sociais dos mais diversos, movimentos de moradia); criar os filhos “longe das drogas”, enfrentar violências masculinas, muitas vezes homens da família.

Outro traço já anotado refere-se à **invisibilidade** da precariedade nas áreas centrais. Seja em “áreas encortiçadas” ou na “dispersão” que há em bairros consolidados, o “problema” e o tamanho do problema não são aparentes. As transformações urbanas ocorrem e passam por cima: no shopping center que se constrói em terrenos de grandes dimensões, no empreendimento que substitui renques de casas, na estação do metrô, nos viadutos... A invisibilidade é funcional não apenas para que o problema seja ignorado, mas também os moradores que estão fora do sistema, que têm problemas com a imigração, com a justiça, preferem se manter anônimos. É certamente um aspecto que dificulta, inclusive, a organização e o estabelecimento de alguma resistência, ao ponto de os próprios movimentos de luta estarem distantes. Enxergar-se como portador de direitos é um processo a ser construído.

É, afinal, sobre a **diversidade de precariedades** que se pode esperar as intervenções das políticas públicas. Não é absolutamente tarefa fácil! E, nesse sistema complexo, de vulnerabilidades, informalidades e invisibilidades, a intervenção habitacional pode representar a expulsão pelo proprietário ou intermediário, que vê seu imóvel valorizado, que decide mudar o uso ou simplesmente fechar. Mais que isso, a aproximação do poder público, mesmo que com a boa intenção das melhorias, pode representar para os habitantes o encarceramento, a deportação, a perda dos filhos, a morte.

De qualquer modo, como nos lembra Bolaffi¹⁹, é fundamental que se formulem as perguntas e que elas sejam as perguntas corretas sobre quais são as necessidades habitacionais. É preciso que a política pública de habitação se relacione, pelo menos, com as políticas de assistência social à população em situação de rua, que possa escapar à lógica única de solução do “problema” por meio da produção de unidades novas. É preciso que pesquisa e política pública se aproximem da realidade vivida, que se amplie o rol de possibilidades de intervenção, que respondam de modo mais adequado às necessidades daquelas pessoas, e não de um sujeito universal e anônimo.

¹⁹ Bolaffi, 1982.

referências bibliográficas

- BOLAFFI, G. (1982). "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema". In. MARICATO, E. (org) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-omega.
- CERTEAU, M. (1994). "Caminhadas pela cidade". In *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- FELTRAN, Gabriel de Santis (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP: CEM-CEBRAP.
- KOHARA, Luiz (1999) *Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos na região central da cidade de São Paulo*. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana).
- KOHARA, Luiz (2016) "A exploração nos cortiços do Centro e a luta pelo direito de morar dignamente". In. KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR. H. *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34. pp. 141-170.
- KOWARICK, Lúcio (2009) *Viver em risco: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34.
- MAIA PEREIRA, Olívia (2012) *Lutas urbanas por moradia - o centro de São Paulo*. São Carlos: IAU-USP (tese de doutorado).
- OLIVEIRA, M.C.; VIEIRA, J.M. ; MARCONDES, G. S. (2015) "Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências" In: ARRETCHE, M. (org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, Editora Unesp, pp. 309-333.
- RIZEK, Cibele; SANTO AMORE, Caio; CAMARGO, Camila Moreno; CASTRO, Andrea Quintanilha de.; PEREIRA, Rafael Borges; RODRIGUES, Daniela Perre; PEREIRA, Marina Barrio (2015) "Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas". In. SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (orgs). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro : Letra Capital.
- ROSA, Thaís Troncon (2014) *Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. São Carlos: IAU-USP (tese de doutorado), 2014.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (2016) "Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre os cortiços em São Paulo". In. KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR. H. *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34, pp. 111-140.
- VILLAÇA, Flávio (1998) *O espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel.